

Economia.

Câmara aprova regras do Supersimples
Pág. 37

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadineiro

TRABALHO DEGRADANTE

COLHEITA DO CAFÉ

LIBERDADE PARA 70

Fiscais flagraram pelo menos 15 irregularidades em Sooretama

▄ **PATRIK CAMPOREZ**
patrik.camporez@gmail.com.br

Menos de uma semana após A GAZETA mostrar a existência de trabalho análogo à escravidão em fazendas de café do Norte do Espírito Santo, uma operação coordenada pelo Ministério do Trabalho, com apoio das polícias Federal e Civil, resgatou cerca de 70 trabalhadores, ontem, em uma propriedade do Córrego Alegre, na zona rural de Sooretama.

Os fiscais observaram pelo menos 15 irregularidades no local, que também teve o alojamento interdito. Somente em multas e pagamentos atrasados, o dono da propriedade pode ter que desembolsar R\$ 1 milhão, segundo o ministério.

De acordo com os auditores fiscais, as vítimas atuavam em condições de trabalho degradantes, análogas à escravidão. Os quartos não têm janelas, e alguns empregados precisavam dormir no chão, além de ir para a lavoura de domingo a domingo.

Rodrigo de Cavalcante, um dos auditores, explica que um relatório com as irregularidades flagradas será apresentado ao Ministério Público Federal, que oferecerá a denúncia.

“O trabalhador não tem um espaço adequado. Tem fogão dentro do quarto, que oferece risco de explosão. Encontramos uma série de irregularidades, entre elas o fato de eles já saírem da Bahia devendo R\$ 100 de passagem ao dono da fazenda. Para piorar, dos R\$ 8,50 pagos por saco de café colhido, R\$ 1,50 era retido pelo em-

pregador, para custear a viagem de volta. Tudo isso caracteriza situação análoga à escravidão”, frisou.

Os empregados também alegam que o dinheiro do gás sai do próprio bolso. Em um dos quartos, quatro funcionários dormiam em cima de uma vala de esgoto aberta. “Temos que comer aqui, no meio desse cheiro podre. Me sinto em um presídio, ou em um lugar pior que isso”, lamentou o boia-fria Wallace Silva.

Outro agravante são as instalações sanitárias elétricas, que estavam em estado “precário”. Os banheiros estavam cheios de lodo, e não havia produtos de higiene pessoal.

CARTEIRA

Outra situação que caracteriza escravidão, segundo o Ministério do Trabalho, é que o proprietário reteve a carteira de trabalho dos empregados em um escritório contábil de Vila Valério. Somente essa irregularidade deve acarretar multa de pelo menos R\$ 35 mil.

“Com a retenção, os trabalhadores não têm documento para voltar. Isso é comum na região. Depois de assinada, em 48 horas as carteiras deviam ser devolvidas. Essa retenção dolosa também é considerada crime”, reforça Rodrigo.

Até o fechamento desta edição, o Ministério do Trabalho, a Polícia Federal e a Civil continuavam com a operação, que só deve terminar hoje. Todos os resgatados, a maior orinda de cidades do extremo Sul da Bahia, deverão ser levados, hoje ou amanhã, para suas cidades natais.



Esgoto no quarto

Fiscais encontraram cenas degradantes em visita realizada ontem em propriedade em Sooretama. Trabalhadores foram alojados em quarto cortado por vala de esgoto aberta.

FOTOS: PATRIK CAMPOREZ



Auditores ouvem relato de vítimas em Córrego Alegre

OUTRO LADO

“Não sabia que era irregular”, diz gerente

▄ O dono da fazenda não estava presente no momento da abordagem dos fiscais. Mas o gerente da propriedade, Sebastião Luiz, disse ontem que não sabia que as irregularidades caracterizavam situação análoga à escravidão. “Fomos orientados a fazer o alojamento desse jeito. Oferecemos água filtrada e gelada para eles tomarem na roça. Também damos papel higiênico e sabonete, e o alojamento

é limpo e pintado”. O gerente afirma que não sabia que as carteiras deviam ficar com os trabalhadores. “Quando o trabalhador quer ir embora, damos o documento a ele e devolvemos o R\$ 1,50 que recolhemos por cada saco de café,” afirma. Ele completa: “Não sabia que tinha trabalhador dormindo em cima do esgoto, nem sabia das irregularidades. Se estamos errados, me desculpe”.

TRABALHO DEGRADANTE

ALOJAMENTO FICA VAZIO

Local visitado por A GAZETA agora tem cenário de abandono

FERNANDO MADEIRA - 01/06/2014



Poço de onde vinha água suja consumida por vítimas foi tapado com terra

PATRIK CAMPOREZ



FERNANDO MADEIRA - 01/06/2014



Banheiros usados pelos trabalhadores; ao lado, entulho das instalações destruídas

PATRIK CAMPOREZ



▄ **PATRIK CAMPOREZ**
patrik.camporez@gmail.com

A operação do Ministério do Trabalho também fiscalizou uma propriedade onde foram encontrados 70 empregados baianos em situação de trabalho análogo à escravidão, no Córrego Rodrigues, também em Sooretama. O fato foi denunciado no último do-

mingo por A GAZETA. No entanto, ao chegarem ao local, os fiscais encontraram o alojamento vazio.

O poço de onde vinha água suja consumida pelos trabalhadores foi tapado com terra, e os banheiros, considerados inutilizáveis pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), foram destruídos. No lo-

cal, ainda havia restos de comida, roupas, varais, além de litros de bebida alcoólica.

ISOLADOS

Na reportagem publicada domingo, boia-frias relataram que há um mês não conseguiam contato com a família, devido ao isolamento imposto pelos

patrões. Sem água potável ou esgoto sanitário, eles dormiam em beliches improvisados sobre chão de terra batido, dividindo espaço com botijões de gás, fogareiros, roupas e alimentos amontoados. Até oito pessoas ocupavam o mesmo quarto.

Uma das mulheres alojadas na propriedade ha-

via feito, na ocasião, o seguinte relato. “Tentei falar com minha filha ontem, mas tive descontado R\$ 9 do meu dia de serviço por apenas dois minutos de ligação. O único telefone fica na casa da patroa e ela cobra caro pelas ligações. Aqui não tem rádio, TV, ou qualquer meio de comunicação. Parece que fui in-

ternada num manicômio e não me avisaram”.

O Ministério do Trabalho fez fotos e registros do local onde os 70 trabalhadores estavam alojados e deverá investigar para onde eles foram levados. A maior parte dos boias-frias havia sido recrutada na Grande Salvador (BA).

TRABALHO DEGRADANTE

VITOR JUBINI - 05/06/2012

PROBLEMA ATINGE POUCAS FAZENDAS

Maioria das propriedades age dentro da lei, garante setor

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

“Quem está agindo dessa forma precisa ser denunciado, mas essa não é a realidade da cafeicultura no Espírito Santo”, destaca o presidente do Centro do Comércio de Café de Vitória (CCCV), Luiz Polese. Na sua avaliação, os problemas denunciados por A GAZETA são encontrados em reduzido número de propriedades.

E as fazendas de maior porte, aquelas com elevado volume de produção, são as que recorrem à mão de obra temporária para a colheita. “A contratação temporária é uma prática antiga na nossa cafeicultura, mas a expressiva maioria das propriedades tem se adequadado à legislação trabalhista e age de acordo com a lei. Quem não respeita a lei é a minoria”, ressalta o presidente do CCCV, que também é cafeicultor.

O diretor financeiro da Federação da Agricultura no Espírito Santo (Faes) e também superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Neuzedino Alves de Assis, também relata esse quadro. As irregularidades, salientou, “são praticadas pela minoria, que não representa a cafeicultura capixaba”.

“Existem problemas pontuais em algumas propriedades, mas a von-

REGRA CUMPRIDA



“Ficamos perplexos com a denúncia desses problemas, porque a expressiva maioria dos nossos cafeicultores se adequou à legislação e cumpre as regras estabelecidas”

LUIZ POLESE
PRESIDENTE DO CCCV

“Não consigo explicar nem entender por que tem produtor fazendo isso. Temos que saber as razões e fazer um trabalho para eliminar esses problemas”

EDUARDO BORTOLINI
PRESIDENTE DO GETEC

tade geral dos produtores que de alguma forma estão com alguma irregularidade é fazer os ajustes necessários”, assegura o presidente do Grupo Técnico de Conilon (Getec), Eduardo Bortolini. A entidade reúne pesquisadores, técnicos, consultores, produtores e comerciantes.

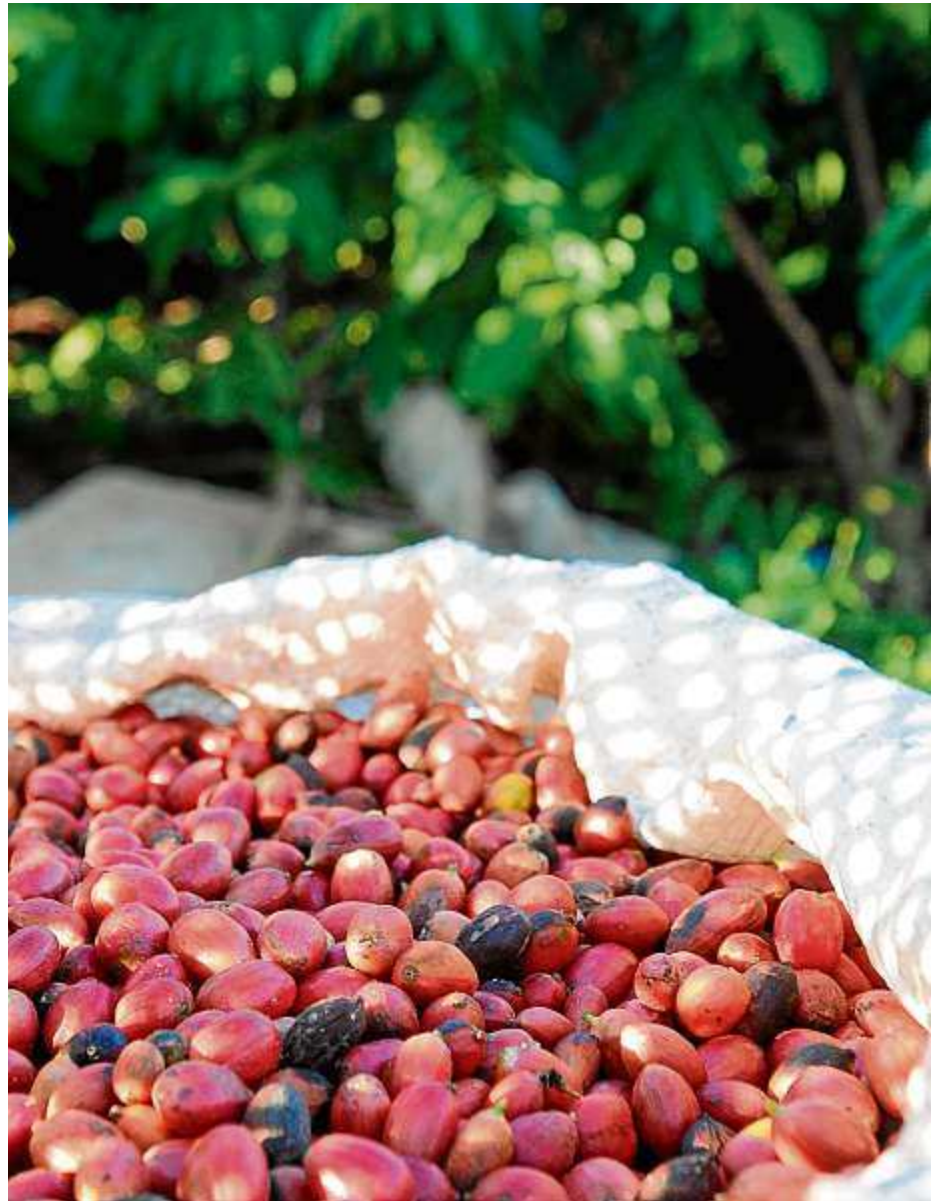
Os representantes dos

produtores lembram que a cafeicultura capixaba tem se destacado com as ações voltadas para a melhoria da qualidade e o aumento da produtividade do conilon, medidas que colocam a atividade no Estado entre as melhores do país. Os problemas encontrados em algumas propriedades, lembram, não podem ser generalizados e interpretados como se fossem prática de todos.

NECESSIDADE

A mão de obra temporária na colheita do café é necessária, principalmente nas propriedades de médio e grande porte, explica Polese. Em cerca de 70% das propriedades envolvidas com a cafeicultura, que são consideradas pequenas, a colheita é feita pela mão de obra familiar ou pelos parceiros (meeiros), ou com a contratação de poucas pessoas.

Nas propriedades maiores, entretanto, são recrutados trabalhadores de outros Estados, de Minas Gerais e Bahia, principalmente, para o período de colheita, porque todas as etapas do processo – coleta, secagem e beneficiamento – precisam ser feitas em um intervalo de 30 a 40 dias. O fato de haver contratação de mão de obra temporária, no entanto, “não é motivo para que as leis trabalhistas deixem de ser cumpridas”, frisou.



Produção de café é um dos principais motores da economia do Espírito Santo

“Temos que fazer um trabalho diferenciado para saber por que isso ainda acontece no Espírito Santo, mesmo em reduzido número de propriedades”, argumenta Bortolini, que também é cafeicultor. “Não consigo explicar nem entender por que ainda tem produtor agindo dessa forma”, protestou o presidente do Getec.

Ele lembra que o produtor do conilon tem, anualmente, o grande desafio de fazer a colheita de um volume grande e também de se adaptar à legislação. E a adequação vem sendo feita pela grande maioria dos cafeicultores. “Nos últimos cinco anos, houve grande evolução dos nossos produtores no que se refere às questões trabalhistas”, destacou.

Ao mesmo tempo em que assumem a defesa dos cafeicultores que se adequaram à legislação e atuam dentro dos parâmetros legais, Polese e Bortolini deixam claro que as irregularidades precisam ser denunciadas. “Não sei como funciona a cabeça de um produtor de conilon que age assim”, questionou o presidente do CCCV.

Lavouras do Estado dão emprego a 400 mil

/// O peso da cafeitura na economia do Espírito Santo é forte desde o início de sua história. A atividade é o pilar de 80% dos 78 municípios do Estado e responde por 43% do valor bruto da produção agrícola capixaba, segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

A cadeia produtiva, em sua totalidade, gera aproximadamente 400 mil postos de trabalho ao ano, para 131 mil famílias. Como a produção de café conilon no Estado foi menor no ano passado em decorrência de problemas climáticos na floração e seca no início de 2013, a expectativa é que a colheita em 2014 seja muito próxima à de 2012/13, ciclo de grande volume produzido.

COLHEITA

Assim, a colheita de conilon em 2014/15 no Espírito Santo poderá se situar entre 9,3 milhões de sacas, de acordo com estimativas pre-

PESO FORTE

70%

das propriedades
É o índice de participação de propriedades de pequeno porte entre as produtoras de café no ES.

9,36

milhões de sacas
É a estimativa de produção de café conilon nessa safra.

liminares, ante uma colheita recorde de 9,7 milhões de sacas em 2012/13.

No Estado está a segunda maior área plantada com a cultura cafeeira, totalizando 488.583 hectares, sendo 310.088 com conilon e 178.495 com arábica. O Estado é o maior produtor de conilon, com participação de 75,82% da variedade no país.